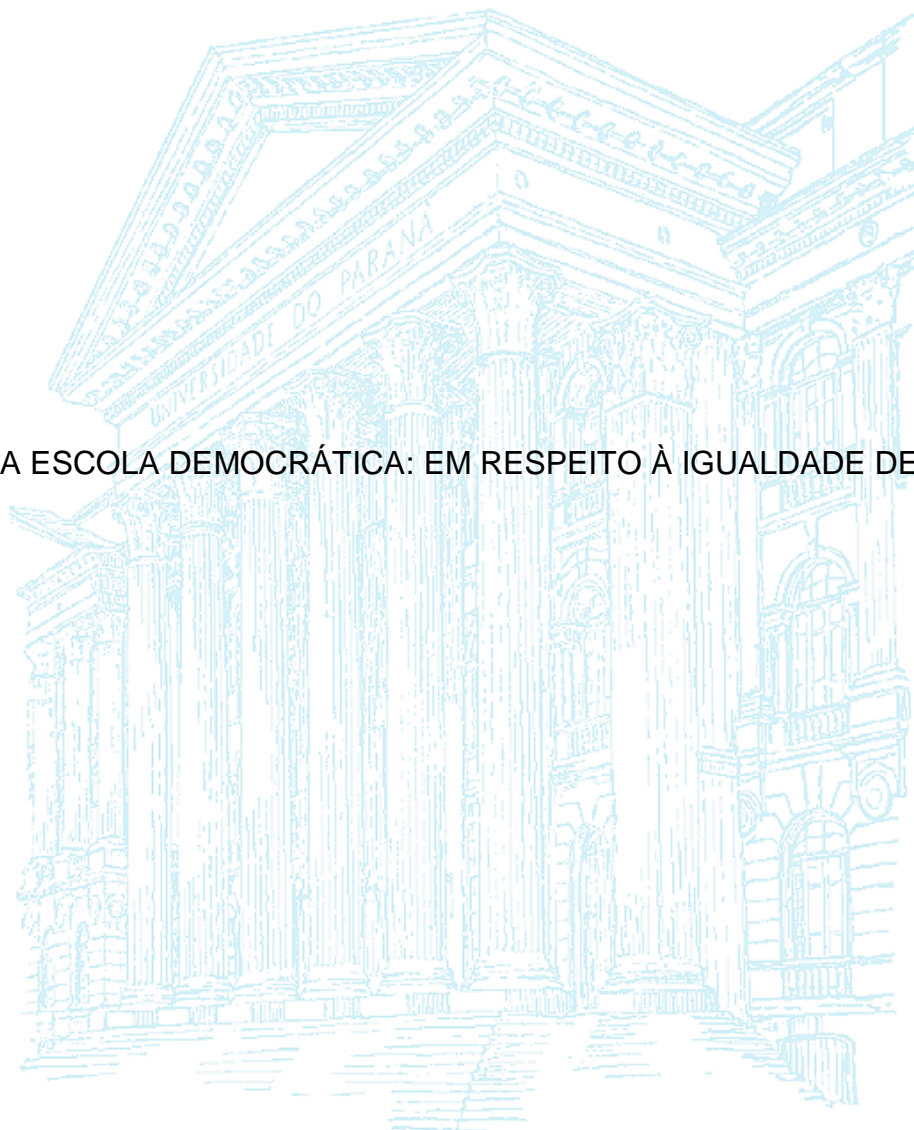


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLOS ANTONIO VIEIRA

POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA: EM RESPEITO À IGUALDADE DE GÊNERO



SÃO PAULO
2016

CARLOS ANTONIO VIEIRA

POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA: EM RESPEITO À IGUALDADE DE GÊNERO

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Christopher Smith
Bignardi Neves

SÃO PAULO
2016

POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA: EM RESPEITO À IGUALDADE DE GÊNERO

Carlos Antônio Vieira¹; Christopher Smith Bignardi Neves²

¹ Pós Graduado em Docência Ensino Superior e Diretor de Escola da Prefeitura Municipal de São Paulo; E-mail: diretorcarlos.vieira@uol.com.br

² Graduado em Pedagogia, especialista em Gestão Escolar, Coordenação Pedagógica e em Questão Social. É Coordenador Pedagógico na Prefeitura Municipal de Paranaguá e Professor Tutor da UFPR. E-mail: smithbig@hotmail.com

Resumo: Na atualidade, podemos ver discursos de várias ordens no que tange à construção de uma escola de qualidade, democrática e que possa antes de tudo construir o cidadão e cidadã do hoje e do amanhã. No entanto, para que essa escola possa cumprir esse papel social precisa antes de tudo fazer um forte investimento para que o respeito à questão de gênero no contexto escolar seja uma realidade. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa compreender (i) como alunos e alunas que cursam o quinto ano do Ensino Fundamental 1 se agrupam e são agrupados pelas professoras no dia a dia da escola; (ii) quais as impressões desses alunos acerca desses agrupamentos e (iii) quais são as impressões das professoras dessas turmas em relação aos critérios que utilizam para a organização do grupo com referência às questões de gênero. Para tanto, utilizamos como instrumentos de coleta de dados: fotografias, entrevistas e questionários. A metodologia de pesquisa desenvolvida neste trabalho é qualitativa e interpretativa tendo como base a observação participante. O trabalho foi realizado em uma escola de ensino fundamental da Prefeitura do Município de São Paulo com 03 turmas do quinto ano do Ensino Fundamental 1. Essa escola está situada na Zona Sul da cidade de São Paulo e tem uma comunidade que apresenta condições sociais, econômicas e familiares satisfatórias, assim como o grau de escolaridade dos pais, o que pode contribuir para melhor aproveitamento e rendimento escolar. Os resultados obtidos apontam para o fato de que ainda estamos distantes de construir uma escola inclusiva que dê lugar para todas as vozes, e a palavra para todos os seus membros, meninos, meninas, brancos, negros, mulatos, índios, pobres, ricos, com qualquer orientação sexual.

Palavras-chave: Escola. Educação. Gênero. Democrática. Estereótipos.

Abstract: Nowadays, it is easy for us to observe that there are different kinds of speeches related to the construction of a high quality and democratic school, which first of all, can build the citizen of today and tomorrow. Nonetheless, it is necessary to apply a strong investment in order to set the respect to the gender issue as a reality on the school environment so that the school can fulfill this social role. Taking it into account, the main objective of this research is to understand (i) how students (boys and girls) who attend the fifth grade of elementary school group themselves and are grouped by the teachers on a daily basis; (ii) what the impressions of these students are about those groups and (iii) what the impressions of the teachers are towards the criteria they use to organize the groups with reference to gender issues. Therefore, we used as data collection instruments: photographs, interviews and questionnaires. The methodology developed in thi study is qualitative and interpretative based on participant observation. The study was conducted in a primary school of the

“Prefeitura Municipal de São Paulo” with three fifth grade classes of an elementary school. The school is located in the south of São Paulo, and its community is formed by families whose income and social conditions are satisfactory, as well as the level of parental education, which can contribute to a better school performance. The results point to the fact that we are still far from building an inclusive school which values all voices, and words for all its members, boys, girls, whites, blacks, mulattos, Indians, poor, rich, with any sexual orientation.

Key-words: School. Education. Gender. Democratic. Stereotypes.

INTRODUÇÃO

Temos acompanhado nas últimas décadas, um forte clamor em relação à construção de uma sociedade e consequentemente de uma escola democrática. Na cidade de São Paulo em especial, no período de 1989 a 1991 tivemos frente à Secretaria Municipal de Educação o Professor Paulo Freire, deu forte impulso nesse processo de democratização das escolas da capital paulista. Segundo Freire (1967), para a construção de uma educação democrática, o pressuposto básico é o diálogo e a escuta atenta com todos os envolvidos no processo educacional. Ele, afirma que temos esse modelo de escola na qual:

Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhes uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para um pensar autêntico, porque recebendo as formulas que lhe damos, simplesmente guarda. Não as incorpora porque a incorporação é resultado de busca de algo que exige, de que o tenta, o esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção (FREIRE, 1967, 96-97).

Construir uma escola democrática, em que de fato brasileiros/as possam ter seus direitos respeitados é uma tarefa que exige um esforço coletivo, das diversas esferas da sociedade. A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227 protege os direitos fundamentais da criança e do adolescente, especialmente no tocante à dignidade do menor e a tutela de sua liberdade e integridade físico-psíquica:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 1988).

A criança e o adolescente, devem ter tutelada sua dignidade, bem como todos os direitos fundamentais que dela decorrem. A Lei n. 8.069/90 – Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA), em seu artigo 1º, da chamada *proteção integral à criança e ao adolescente*, entendendo-se por proteção integral daqueles, que nos termos do artigo 12 do referido diploma legal, são considerados crianças ou adolescentes, aquela que abarque todas as necessidades de um ser humano em desenvolvimento, isto é, trata da prestação de assistência moral, material e jurídica, a ser fornecida seja pela família, seja pela comunidade ou pelo Estado.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando sê-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade; Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; (BRASIL, 1990)

Os meninos e meninas que frequentam nossas escolas são cidadãos e cidadãs de direito, cabe nesse sentido à construção de uma escola que não inculquem nesses educandos qualquer tipo de discriminação ligada à origem, de gênero, sexual, étnico-racial e cultural entre outras. Ao refletirmos mais especificamente sobre definição de gênero, não poderíamos determiná-la com base nas questões meramente anatômicas. O que é ser homem ou mulher na sociedade? As diferenças não resultam de uma questão puramente biológica e sim da construção social. A sociedade como todo, deve refletir sobre o gênero humano, com suas diferenças, crenças, desejos, possibilidades e limites.

Nessa vertente as ideias de Beauvoir (1970) foram de vital importância para uma reflexão sobre a desigualdade entre homens e mulheres nas sociedades modernas acerca do porque do feminismo e das mulheres serem concebidas dentro de um sistema de poder que tenda a inferiorizá-las e defende em Beauvoir (1970):

Minha ideia é que todos, homens e mulheres, o que quer que sejamos, devemos ser considerados seres humanos. Mas o nominalismo é uma doutrina um tanto limitada; e os antifeministas não tem dificuldade em demonstrar que as mulheres não são homens. Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. (BEAUVOIR, 1970, p. 08)

A pensadora afirma ainda que é através do trabalho que a mulher diminuiu a distância que a separava do homem, e que somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta. A construção do poder do homem vem desde a antiguidade, ao passo que a imagem da mulher submissa perdurou através dos

séculos e encontra-se ainda presente nas diversas sociedades com maior ou menor força. A mulher no mercado de trabalho não recebe o devido reconhecimento, e se negra, pobre e/ou homossexual a situação tende a piorar. Socialmente foram determinados papéis e funções ditos como femininos, sendo assim, desvalorizados. Sociedades que implantaram o regime democrático caminham de forma ainda ténue a respeitar os direitos individuais da mulher e da pessoa humana, sem que isso, tenha refletido num profundo e crucial debate em relação à igualdade de gênero.

A escola nesse contexto corrobora de forma muito eficaz com esse modelo onde os papéis de menino ou menina, homem ou mulher estão muito bem definidos e não podem se misturar. Na sala de aula muitas vezes as professoras são muito mais permissivas com as ações dos meninos por acharem que essas são “naturais” e particulares do gênero masculino, do que com as atitudes das meninas. Parker (1991) corrobora esse posicionamento quanto afirma:

Algumas distinções tradicionais na socialização de meninos e meninas no Brasil. Na concepção mais tradicional, a feminilidade seria percebida como “uma força natural que precisa apenas ser controlada e disciplinada”; já a masculinidade seria compreendida como “algo menos certo”, por isso ela precisaria ser “cultivada através de um complexo processo de masculinização, começando na primeira infância”. Usualmente, também se observa que as formas de manifestação de afeto e companherismo entre meninas e mulheres envolvem uma proximidade física e uma intimidade que não é tolerada para com os meninos e isso poderia ajudar a “afrouxar” a rigidez das fronteiras do comportamento permitido para o relacionamento entre elas. A vigilância para garantir a masculinidade dos garotos é, então, exercida mais intensamente desde os primeiros anos de vida, pela família e pela escola. (PARKER, 1991, p. 95-96).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) deram uma contribuição ainda inicial para que as escolas brasileiras pudessem sistematizar projetos que pudessem refletir em debates em relação à igualdade de gênero, raça etc. No entanto, podemos afirmar que esse documento bem como os temas transversais foram pouco incorporados na prática dos docentes das nossas escolas. A escola atual ainda trabalha na visão Kantiniana que afirma que o seu papel era fazer com que as crianças se habituassem a ficar sentadas e atentas às ordens do professor e que a falta de disciplina é pior que a falta de cultura.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada nesse trabalho é qualitativa e interpretativa, tendo como base a observação participante. A opção por essa metodologia de pesquisa deu-se na medida em que ela possibilita ao pesquisador uma maior imersão no campo e conseqüente melhores condições para desenvolver as questões, entender melhor as situações sob o viés dos educandos. Segundo, Gori (2006), adotamos nessa pesquisa uma atitude de escuta e de elucidação dos diversos aspectos da situação, sem imposição de suas concepções próprias.

O trabalho foi desenvolvido na escola de ensino fundamental Professor Laerte Ramos de Carvalho, da Prefeitura do Municipal de São Paulo, situada na Zona Sul da Cidade, que tem uma comunidade que apresenta condições sociais, econômicas e familiares satisfatórias dentro do atual contexto brasileiro, assim como o grau de escolaridade dos pais, o que pode contribuir para melhor aproveitamento e rendimento escolar. No que tange a Avaliação Externa – IDEB – 2013, a instituição figura entre as cinco melhores escolas do Município.

O trabalho foi desenvolvido com 3 turmas, denominadas de “Turma A, B e C” do ensino fundamental I, compostas por 75 alunos, sendo 37 meninos e 38 meninas. A escolha dessa faixa etária deu-se em especial por se tratarem de crianças que estão entrando na pré-adolescência e que terão que aprender continuamente a conviver e estabelecer novas relações de amizade e/ou parcerias independente de gênero. A pesquisa ocorreu entre os meses de Abril a Junho de 2015.

Registros fotográficos das salas onde esses alunos estão matriculados e outras imagens que tratam da questão de gênero foram organizados para favorecer um diálogo, com participação de quatro discentes por turma, sendo dois meninos e duas meninas por classe. Ocorre uma entrevista com as três professoras polivalentes que trabalham com essas turmas durante 23 horas semanais, cuja finalidade é entender suas percepções sobre a questão de gênero na escola. São professoras concursadas da Rede Municipal de Ensino, atuam nessa modalidade de ensino entre 02 e 15 anos, e são formadas em Pedagogia. A Coordenadora Pedagógica dessa modalidade de ensino também participa da pesquisa, onde pode-se constatar como se dá suas intervenções e formação das professoras em serviço, em especial no que refere ao foco dessa pesquisa.

A LINGUAGEM DAS IMAGENS

Ao analisarmos os registros fotográficos das salas de aula, observa-se que naturalmente ou por orientação dos profissionais da educação os alunos e alunas de se agrupam na sala de aula. Nas três salas pesquisadas meninos e meninas predominantemente não trabalham em conjunto. Mesmo quando uma atividade em duplas ou grupos é proposta, eles são formados segundo o critério de gênero. Essa divisão vai ao encontro ao que afirma Louro (1997) que explica que:

A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes”. “Ela também se fez diferente para os ricos e pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas. (LOURO, 1997, p. 57).

Como base nos registros fotográficos e acompanhamentos nas salas de aulas, a seguinte forma de organização dos meninos e meninas das três turmas do ensino fundamental da instituição escolar:

Turma A	Predominante se organizam em duplas de meninos ou meninas e a classe esta nitidamente dividida, de um lado meninos e das outras meninas.
Turma B	Predominante em duplas segundo o critério de gênero, porém, não existe uma divisão clara na classe entre meninos e meninas. Alunos e alunos aparecem de forma mais “natural” trabalhando em conjunto.
Turma C	Grupo organizado segundo o critério de altura, problema de visão, grupos produtivos.

A História mostra que os diversos grupos sociais se apropriam dos espaços e implantam modelos de convivência humana, em conformidade com as determinações do sistema econômico, político vigente. Nesse sentido, muitas instituições e práticas, foram e são aprendidas e internalizadas e tornam-se quase naturais. Sendo assim, a escola como parte integrante desse processo, apresenta grandes dificuldades em quebrar com essa hegemonia de valores, de saberes, de forma de viver e pensar instituídos. Podemos observar que a escola muitas vezes reproduz fortemente todos esses elementos previamente definidos como padrão.

A Escola pesquisada desenvolve um Projeto de Convivência¹, e nessa atividade as três turmas trabalham num único agrupamento. Mais uma vez tivemos a oportunidade de observar que meninos e meninas, dentro de um projeto chamado

¹ Segundo as professoras o Projeto Convivência tem como objetivo o trabalho a partir de atividades lúdicas e em grupo, trabalhar o resgate histórico das conquistas dos direitos humanos, com intuito entender ainda como o desrespeito aos Direitos Humanos ainda estão presentes no mundo. Esse trabalho acaba por sustentar conceitos que reafirmam os direitos de todos os cidadãos e cidadãs, objetivando a criação de relações mais harmônicas e horizontais na escola.

“Convivência” estavam separados. O propósito do trabalho, segundo as docentes é manter relações mais horizontais e harmônicas.

Louro (1997) traz enorme contribuição para que possamos refletir sobre essa temática, quando afirma as como as formas de ocupação dos espaços sociais, incluindo a escola estão fortemente concebidos de forma natural por homens e mulher, meninos e meninas. Segundo a autora,

Tal "naturalidade" tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas. Registramos a tendência nos meninos de "invadir" os espaços das meninas, de interromper suas brincadeiras. E, usualmente, consideramos tudo isso de algum modo inscrito na "ordem das coisas". Um longo aprendizado vai, afinal, "colocar cada qual em seu lugar". Mas as divisões de raça, classe, etnia, sexualidade e gênero estão, sem dúvida, implicadas nessas construções e é somente na história dessas divisões que podemos encontrar uma explicação "lógica" que as rege. (LOURO, 1967, p. 60).

Democratizar o uso dos espaços sociais é somente uma parte pequena desse processo muito maior dessa dinâmica de vida que precisa ser amplamente discutida pela escola e sociedade. A escola e a sociedade como um todo precisam criar teias de relações horizontais, onde o respeito humano seja a tônica, independente de raça, gênero, sexualidade, religião ou condição social, onde possamos garantir os direitos de todos os cidadãos e cidadãs, que as diversas legislações preconizam. A escola tem papel fundamental de abrir espaço para os debates, mesmo que preliminares e em processo como o projeto de Convivência dessa instituição.

Ramos (2005 p. 130) remete-nos a uma reflexão importante quanto à democratização dos espaços educativos, quando afirma que se queremos propor uma democracia autêntica, no mundo, no país, nas instituições e conseqüentemente nas famílias, devemos começar pelas práticas cotidianas. Sendo a escola um espaço privilegiado para construção do cidadão e cidadã, assim, devemos começar a democratizar as relações dentro das instituições para que essa possa ser inclusiva e que trabalhe respeitando a diversidade.

A LINGUAGEM DAS PROFESSORAS

Os profissionais que atuam nessa modalidade de ensino, muitas vezes estão preocupados em trabalhar com os educandos e educandas currículo oficial, aplicar as provas, em prepara-los para as avaliações externas, dar conta dos problemas relacionados com a indisciplina e acabam em não se ater em questões que estão da

convivência humana, tolerância e respeito à diversidade. Em se tratando de ações que estão perpetuadas na prática docente, não é uma tarefa fácil, a quebra de certos paradigmas, no entanto, cotidianamente precisamos entrar num linha de enfrentamento e debates, para que possamos construir novos rumos de uma educação igualitária e não sexista, como afirma Louro (1997):

Nossa produção como homens e mulheres, através do processo de escolarização, passa fundamentalmente pelo disciplinamento de nossos corpos. Uma perspectiva que pretenda ser subversiva dos existentes não pode deixar de levar isso em conta. São perguntas e tarefas difíceis. Elas apotam, entretanto, para questões muito concretas e cotidianas. É frequentemente cobrar-se às perspectivas críticas em educação o fato de não apontarem soluções concretas. A dominação masculina na sociedade, na escola e no currículo é um fato muito concreto e cotidiano. Agir para contestá-lo não é nenhuma tarefa abstrata e distante. Pertence à própria esfera do cotidiano e pode ser enfrentada logo na segunda-feira de manhã, em nossas salas de aula. Mas pode ser iniciada mesmo antes – no domingo à noite e na nossa própria casa. (LOURO, 1997, p. 192).

Os profissionais da escola foco dessa pesquisa possuem tempo de carreira e boa formação profissional, no entanto, não possuem qualquer tipo de formação em relação à questão de gênero na escola. Através de questionário e posteriormente por intermédio de entrevistas, tivemos condições de obter algumas percepções dessas profissionais quanto à temática. Uma das preocupações preliminares era saber os critérios utilizados para organização dos alunos dentro da sala de aula.

Quando analisado a disposição dos alunos no ambiente escolar notou-se que a Turma A esta organizada de modo a separar meninos e meninas, enquanto a Turma B organiza-se predominantemente na divisão de gênero, ainda que se nota pequenos grupos onde o masculino e o feminino se agrupem, já a Turma C, a divisão por gênero pouco é notada, vez que a organização visa atender as necessidades educacionais dos discentes.

Louro (2009) afirma que a escola delimita espaço. Ao fazer delimitação de espaço, reduz a possibilidade de criação, a liberdade de crescer e de aprender a conviver com as diferenças. Assim, segundo a autora os sentidos dos educadores precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicados na concepção, na organização e no fazer do cotidiano escolar.

Inqueridas as docentes sobre o modo de organização da sala de aula, foi possível vislumbrar que a divisão dos alunos por gênero aparece como algo natural para duas docentes, que favorecem e/ou corroboram com essa separação,

enquanto para a outra docente, a divisão dos alunos em sala de aula ocorre a partir da aprendizagem de cada um, não importando o gênero do discente.

Os profissionais que atuam com os educandos e educandas dessa modalidade de ensino muitas vezes não percebem que essas diferenças começam de forma muito sutil pela forma que nos dirigimos aos alunos e alunas, na medida em que a linguagem não apenas expressa relações de poderes, lugares e acaba instituindo as diferenças, Louro (1995), afirma que:

A linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas no ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas em determinadas qualidades, atributos, ou comportamentos e os gêneros. (LOURO, 1995, p. 67).

Segundo Auad (2015 p.44), ao considerar como meninas e meninos são separados ou misturados, podemos ter uma ideia do modo como às relações de gênero são consideradas na escola. Ao visitar as salas de aulas, foi possível notar nitidamente a separação entre meninos e meninas, expressa até mesmo pela forma em que as carteiras estão dispostas. As professoras acabam por reafirmar que a separação é “natural”, que estão ligadas as afinidades, sem pontuar qualquer outra questão que possa estar ligada a valores socialmente construídos em relação a essas escolhas dos educandos.

A LINGUAGEM DOS ALUNOS

Os alunos são frutos desse sistema que constrói modelos socialmente aceitos, e sem sombra de dúvidas são reproduzidos pela escola de forma sistemática e organizada. Como sujeitos em construção estão abertos ao novo e a possibilidade de experimentar novas possibilidades. Cabe à escola proporcionar momentos de interação, troca de experiência e saberes. Na Sala de Vídeo da Unidade foi organizado um encontro com representantes dessas turmas, sendo dois alunos e duas alunas de cada turma. Os mesmos chegaram e se organizaram no espaço da maneira tradicional. De forma quase unânime os alunos afirmaram que resolveram sentar daquela forma “automaticamente”, e que na sala de aula sempre respeitam as diretrizes dos docentes. Acreditam que os professores organizam as salas dessa forma para que não ajam tantas conversas entre eles.

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa, que no fundo, é o direito de atuar. (FREIRE, 1997, p. 88)

Na sala da Turma A, as carteiras estão dispostas em duplas, na grande maioria de meninos com meninos e meninas com meninas, estabelecendo-se sempre o critério de que o aluno com maior facilidade senta-se com aquele que tem mais dificuldades, neste caso, os alunos mencionaram que a professora monta as duplas, mas o “bom”, é que aquele que tira nota boa, ajuda o colega com dificuldade; na Turma B as carteiras também estão dispostas em duplas, porém, com algumas mistas, os alunos se manifestaram positivamente, dizendo que as meninas são mais organizadas e que ajudam “mais” os meninos; na sala da Turma C, a disposição está em fileiras de carteiras individuais, esta disposição também agrada os alunos, que acabam ficando mais próximos dos “amigos”.

Ao apresentar uma imagem que caracteriza menino versus meninas, os alunos foram instigados a analisar e buscar um novo símbolo para substituir o “verso”. Surgiram muitos comentários de que parecia homem contra mulher, rivalidade entre os dois, quando na verdade e pensando no presente e no futuro, é necessário à convivência harmoniosa e respeitosa entre meninos e meninas. Quanto à substituição do símbolo “verso” da ilustração eles sugeriram um “coração”, outro sugeriu o sinal de “adição” e outro o sinal de “igual”. Alguns alunos se manifestaram dizendo que muitas vezes quando estão conversando com uma menina, o colega faz piadas insinuando um namoro, e que acaba virando brincadeira entre os amigos, por este motivo evitam ficar tão próximos, quando questionados como ocorre no intervalo, respondem que brincam sim com as meninas, no entanto, a seleção e divisão natural acabam prevalecendo, pois estão sempre próximos daqueles com quem têm maior afinidade que compartilha dos mesmos anseios.

Em outro momento foi mostrado uma foto com meninos e meninas juntos que mostravam cartazes do tipo: “meninos e meninas brincam juntos de casinha”; “meninas também adoram jogar bola”; “homem chora”; “meninos também adoram dançar”; “amigos dizem “te amo”; e para finalizar, foi apresentada a frase “a pior violência é o preconceito” e estabelecer relações de igualdade depende de cada um de nós, através do respeito, amizade, confiança”. Solicitamos aos alunos e alunas ideias para mudar estas questões dentro da escola e prontamente sugeriram:

cartazes de conscientização, mudanças na sala de aula e intervalo, sugerir para a professora a composição de duplas mistas etc.

Esses alunos e alunas são pré-adolescentes com vigor físico e intelectual, assim, se bem orientados podem caminhar com muita tranquilidade nesse processo da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Durante o período de pesquisa tivemos o sabor de presenciar que esses educandos e educandas estão abertos ao processo de aprender com base na diversidade humana, e esses saberes a serem construídos poderão levar a uma sociedade mais justa. Uma aluna do 5ª ano reafirmou a necessidade da convivência pacífica e solidárias entre meninos e meninas na medida na vida terão que conviver. A construção desse modelo de escola centra-se no diálogo, segundo Gadotti (2000):

O debate atual da autonomia da escola enraíza-se no processo do diálogo dos primórdios da filosofia grega. No diálogo entre Sócrates e Menon acerca da questão da “se a virtude pode ser ensinada”, numa praça de Atenas, o mestre Sócrates insiste que o escravo Menon deve procurar, nele mesmo, a resposta. Educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar respostas do que perguntam, significa formar autonomia. A Escola ideal para Sócrates deveria instituir-se toda ela em torno da autonomia. (GADOTTI, 2000, p. 09)

Nesse sentido, a escola não é um espaço separado da vida, é a própria vida, o que vai de encontro com a afirmação de Auad (2015 p.14) quando diz que “*educar homens e mulheres para uma sociedade democrática e igualitária, requer reflexão coletiva, dinâmica e permanente*”. No entanto, o que podemos apontar como dissabor é a forma tradicional dos educadores trabalharem com as questões das relações de gênero na escola, observa-se que muitas vezes essas construções estão ligadas a modelos socialmente construídos e que levam a segregação, a afirmação das diferenças, mesmo não sendo de forma “proposital”, na medida algumas questões estão fortemente arraigadas na concepção desses docentes.

A LINGUAGEM DA COORDENAÇÃO

Uma das tarefas primordiais da Coordenação Pedagógica de uma Instituição de Ensino é dar corpo e alma ao Projeto Pedagógico da Escola, e fundamentalmente trabalhar com afinco no processo de formação dos educadores.

A formação contínua de educadores que atuam na escola básica será bem mais sucedida se a equipe escolar, liderada pelos diretores e coordenadores (pedagógicos, de áreas, cursos e períodos), encará-la, como valor e condição básicos para o desenvolvimento profissional dos em

educação. A estrutura e a gestão democrática são elementos essenciais por enaltecerem a participação e envolvimento dos professores e técnicos. (FUSARI, 2002, p. 22)

Na escola pesquisada a coordenadora que desenvolve prioritariamente trabalho com o ensino fundamental I, entende que, educadoras tem um olhar específico no que tange a educação de meninos e meninas. Segundo a coordenadora O modo de olhar das professoras é diverso. Algumas contemplam a convivência entre meninos e meninas, em diferentes momentos didáticos. Outras não contemplam uma convivência mais próxima, preferindo reproduzir “um certo” distanciamento entre os meninos e as meninas, em momentos de atividades, contemplando a formação de grupos de meninos e de meninas, inclusive na orientação de brincadeiras com ou sem brinquedos, de forma dirigida ou espontânea. As Escolas com suas normas, controles e regimentos internos e externos, criam um ambiente estéril para a construção da autonomia dos educandos e educandas. Silva (1995), define com clareza o a organização da Educação brasileira:

Para começar, o pensamento educacional brasileiro é inflexivelmente machista e patriarcal. Paradoxalmente, a docência e o magistério de primeiro e segundo graus são atividades predominantemente femininas, mas o pensamento sobre a educação é hegemonicamente masculino. Basta percorrer o panteão das ilustres e veneradas figuras pedagógicas brasileiras: Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Paulo Freire. É verdade que hoje esse panorama alterou bastante, com a entrada em cena de importantes pensadoras educacionais. (SILVA, 1995, p. 187).

Somando-se a essa ideia, Silva (1995) afirma que por mais que tenhamos um rol de intelectuais brasileiras com excelentes produções em várias áreas do conhecimento, ainda precisamos construir uma perspectiva educacional brasileira que leve em conta e incorpore com seriedade as implicações das contribuições feministas para teoria social e educacional (LOURO, 1990).

Dentro dessa perspectiva, nossa maior preocupação era saber junto a Coordenação se a havia um critério estabelecido para organização geral das turmas e como as profissionais eram orientadas para trabalharem com relações mais heterogêneas em relação à questão de gênero. A Coordenação da Escola salienta que o agrupamento de alunos costuma ser sob os critérios das professoras. No caso de escolas da prefeitura, a orientação é para trabalhar com as duplas produtivas, isto é, escolha de alunos com nível de aprendizado heterogêneo (os mais avançados e os que precisam avançar no aprendizado). Lembrando que, as turmas

são compostas pelo equilíbrio entre número de meninas e de meninos com diferentes níveis de aprendizado global, utilizando-se, para isso, os boletins dos estudantes.

Para a Coordenação da Instituição de Ensino, os meninos e meninas trazem modelos socialmente construídos em relação a questão de gênero, e muitas vezes a escola, corrobora essas ideologias. Louro (1997), auxilia-nos nessa reflexão quanto apresenta um rol de questionamentos:

Afinal, é “natural” que meninas e meninos se separem na escola para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que “naturalmente” a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se “misturem” para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão “características” de cada gênero? Sendo assim, teríamos que avaliar esses alunos e alunas através de critérios diferentes? Como professoras das séries iniciais, precisamos aceitar que os meninos são “naturalmente” mais agitados e curiosos que as meninas? E quando ocorre uma situação exposta à esperada, o seja, quando encontramos meninos que se dedicam as atividades mais tranquilas e meninas que preferem jogos mais agressivos, devemos nos preocupar? Pois isso é indicador que esses/as alunos/as estão apresentando “desvios” de comportamento? (LOURO, 1997, p. 63).

A coordenação da escola acredita que muitas vezes acontece a repetição do padrão de comportamento social. A escola atual ainda reafirma esses estereótipos. No entanto, ao trazer as questões de gênero para a formação do docente, já temos um avanço no sentido contemplar um novo olhar para as relações entre meninos e meninas e possibilidades de mudança.

Ramos (2009, p. 132) afirma que os princípios de uma escola, efetivamente democrática, capaz de dar voz a todos os envolvidos no processo educativo, independente do gênero é aquela que abre espaço para todos, que dá a palavra a todos os seus membros e que oferece espaço para o acolhimento das diferenças, sendo que essas representam o enriquecimento pessoal e institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que os estereótipos sociais do que venha ser homem, mulher, menina e menino fazem parte do universo dos profissionais da escola onde se realizou as observações, assim, muitas vezes de forma involuntária elas acabam reforçando-o. Constatamos que os alunos e alunas, também, carregam esse modelo de organização em suas vidas e na escola passam a reproduzi-los. Observamos que

muitas vezes o fazendo “automaticamente”. Acreditam que as questões que os une simplesmente esta ligada por afinidade e por compartilharem objetivos comuns. Notadamente quando as imagens das turmas foram apresentadas e que também se surpreenderam com a divisão e segregação em sala de aula. Estamos trabalhando com profissionais já “formados” e alunos e alunas em processo de formação, porém, os professores e professoras por serem líderes naturais desse percurso, não nos parecem preocupados em relação a educar para as questões de gênero, mesmo demonstrando forte compromisso em relação à formação dos educandos e educandas, dentro dos princípios dos conhecimentos acumulados pela humanidade, que sem sombra de dúvida tem como alicerce no processo de construção desses conhecimentos na figura do homem.

As escolas precisam urgentemente aproveitar que esses alunos e alunas estão em processo de construção de conhecimentos, precisam aprender com outras culturas, de organização social, e nesse sentido o papel da escola colaborar para construção de uma sociedade mais humana e igualitária. Todavia, para que escola cumpra com esse papel, faz-se necessário investir de forma sistemática na formação dos profissionais (professores, coordenadores, gestores e demais membros das equipes de apoio) que atuam na educação básica, para que esses tenham os subsídios necessários para trabalhar com alunos e alunas sem qualquer tipo de discriminação de gênero. Gadotti (2000) afirma que é necessário a implantação de uma escola cidadã, onde os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de assegurar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, sem preconceito, sem discriminação, discutindo sua autonomia e educando para que o aluno e aluna sejam capazes de encontrarem respostas do que perguntam.

A esse respeito temos a contribuição de Libâneo (1998) que afirma que a escola com a qual sonhamos deve assegurar a todos a formação que ajude o aluno a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial cognitivo na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores mais humanos. Nessa vertente, Auad (2015), afirma com muita clareza que para que possamos educar homens e mulheres, para uma sociedade democrática e igualitária, requer reflexão coletiva, dinâmica e permanente, e que as formas em que estão organizadas as questões de gênero na escola é ainda uma forma de produzir

desigualdades, conforme notamos nas relações estabelecidas na escola pesquisada.

Podemos afirmar que a construção de uma escola realmente democrática e que respeite a igualdade de gênero ainda não é uma realidade, ou seja, uma escola inclusiva é aquela que dá lugares para todas as vozes, que dá a palavra para todos os seus membros, meninos, meninas, brancos, negros, mulatos, índios, pobres, ricos, com qualquer orientação sexual. Uma escola que acolhe a diversidade humana, que acolhe a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUD, Daniela. **Educar Meninos e Meninas – Relações de Gênero na Escola**. São Paulo, Contexto, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos**. Clube de Autores – Editora Digital, 1970.

BRASIL, **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acessado em 06/01/2016.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em 14/01/2016.

_____. **Lei nº 9.394 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996:** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14/01/2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**, v. 10.5. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FUSARI, Cherci Jose. **Formação Contínua de Educadores na Escola e em Outras Situações**. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. (Org.) Edições Loyola, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2000.

GORI, Renata Machado de Assis. **Observação Participante: Aplicações na Pesquisa e no Contexto Escolar**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia. Universidade Federal de Goiás. 2006.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora – Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação – Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões. A Cultura sexual no Brasil contemporâneo**. Trad. Maria Therezinha Cavallari. São Paulo, Editora Best Seller, 1991.

RAMOS, Gabriela Alejandra. **Gênero, Educação e Política: múltiplos olhares**. In: BRADO, Tania Suely Antonelli Marcelino (Org.) Ícone Editora, 2009. SP.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Territórios Contestados – O Currículo e novos mapas políticos e culturais**. Porto Alegre. Vozes, 1995.